



Sistema PJe será expandido para demais classes cíveis nas SJMT, SJGO, SJPA e SJPI nesta segunda-feira

Conforme previsto na Portaria Presi 148, os novos processos das classes processuais cíveis das Seções Judiciárias do Piauí, Mato Grosso, Pará e Goiás passarão a tramitar no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) nesta segunda-feira, dia 8 de maio, com exceção das execuções fiscais, das execuções de título extrajudicial e dos processos de competência dos Juizados Especiais Federais (JEFs). Sendo assim, a partir dessa data ficará automaticamente suspensa a autuação dos processos físicos das classes processuais que tramitarão exclusivamente no PJe.

A expansão nessas Seções Judiciárias abrange ainda as seguintes localidades: Teresina e Floriano (Piauí); Cuiabá, Cáceres, Rondonópolis e Sinop (Mato Grosso); Belém, Altamira, Castanhal, Marabá e Santarém (Pará); Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Itumbiara, Luziânia, Rio Verde e Uruaçu (Goiás).

Prorrogado prazo de envio dos enunciados para a I Jornada de Direito Processual Civil

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) prorrogou as inscrições de propostas de enunciados para a I Jornada de Direito Processual Civil que será realizada nos dias 24 e 25 de agosto, em Brasília/DF. Desse modo, quem quiser participar poderá enviar as propostas até o dia 12 de maio pelo link <https://www2.cjf.jus.br/jornada/enunciado-proposto>.

As propostas de enunciados devem abordar, obrigatoriamente, uma das cinco áreas temáticas de Direito Processual Civil definidas: Parte Geral; Processo de Conhecimento; Tutelas de Urgência e Procedimentos Especiais; Recursos e Precedentes Judiciais e Execução e Cumprimento de Sentença. O edital com mais informações sobre o evento pode ser acessado no portal do CJF (www.cjf.jus.br).

Presença obrigatória de enfermeiros nos hospitais é tema do Via Legal desta semana

O profissional formado em enfermagem é indispensável e obrigatório nos hospitais. Além de ser o braço direito dos médicos, ele supervisiona uma equipe de técnicos e de auxiliares. Entretanto, alguns locais não respeitam essa regra. O Programa Via Legal desta semana exibe reportagem, produzida pela equipe do TRF1, e entrevista exclusiva com o desembargador federal José Amílcar Machado sobre o caso que foi parar no Tribunal em razão de uma instituição hospitalar não cumprir a determinação. Mesmo depois de ser fiscalizada pelo Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, a casa de saúde no estado insistiu em manter as atividades de técnicos sem a presença de enfermeiros e foi condenada pelo TRF1 a se adequar à exigência. Confira a íntegra dessa matéria no portal do Tribunal, em "Notícias".

Magistrados da 1ª Região apresentam painéis no "Ciclo de Estudos - Direito Administrativo"



João Mário Sales

O segundo dia do evento "Ciclo de Estudos - Direito Administrativo", realizado no Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília/DF, contou com a participação dos desembargadores federais Néviton Guedes e Gilda Sigmaringa Seixas, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e do juiz federal Márcio André Cavalcante, da JF do Amazonas, na apresentação de painéis sobre o Direito Administrativo em casos de grande repercussão e o fornecimento de medicamentos.

A coordenadora dos Juizados Especiais Federais, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, foi a responsável por dirigir o painel ministrado pelo juiz Márcio Cavalcante que teve início às 9h30. Durante a aula magna, o magistrado abordou diversas questões relacionadas à jurisprudência no campo do Direito Administrativo que tiveram grande repercussão em 2016.

Márcio Cavalcante destacou cinco precedentes para o debate e levantou questões pertinentes a cada caso, sendo eles: a responsabilidade civil do Estado em caso de morte de detento, a participação de candidatos com tatuagens em concursos públicos, a greve no serviço público, o cultivo de drogas e apropriação do imóvel utilizado e, ainda, as ações de ressarcimento ao erário e prescrição.

Ao tratar de cada um desses temas, o magistrado reforçou os pontos apresentados pelos tribunais superiores ao julgarem casos relativos a cada assunto, dando ênfase aos entendimentos e apresentando as principais novidades de cada decisão.

Painel: fornecimento de medicamentos - Às 10h30, o desembargador federal Néviton Guedes deu início à explanação sobre a temática do fornecimento de medicamentos [\[Leia mais\]](#)